

Extrativistas e áreas protegidas do Acre

Écio Rodrigues

Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF - Brasil. Professor da Universidade Federal do Acre (Ufac), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza - Rio Branco, AC – Brasil.

E-mail: ecio@ufac.br

Resumo

A constatação de que o sistema produtivo baseado no modo extrativista de produção se configura em importante componente para a sustentabilidade da ocupação produtiva na Amazônia movimentou acadêmicos e pesquisadores que atuavam na região na década de 1990. No percurso preparatório para a Segunda Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio-92”, a proposta de segregar espaços territoriais para essa forma de ocupação se tornou prioritária e se concretizou na criação de uma nova categoria de unidades de conservação: a reserva extrativista. Este artigo discute a ideia-força presente na proposta vencedora do Prêmio Professor Samuel Benchimol em 2008, na categoria social, para defender a tese de que somente a regularização fundiária trazida pelas reservas extrativistas não é suficiente para garantir a sustentabilidade. O extrativismo tradicional precisa de aporte tecnológico para chegar ao manejo florestal comunitário, diversificando a cesta de produtos extrativistas para além da borracha e da castanha-do-brasil, e, o mais importante, respeitando a capacidade de regeneração do ecossistema florestal. Para tanto, intenso processo de qualificação do produtor extrativista deve ser desencadeado com urgência. O domínio das técnicas de manejo florestal permitirá ao extrativista acessar todo o potencial da diversidade biológica existente em sua unidade produtiva, a “colocação de seringa”.

Palavras-chave

Amazônia. Extrativismo. Manejo Florestal Comunitário.

Extractors and protected area of State of Acre

Abstract

The system of extractive production is an important component of sustainable work in the Amazonian region where intellectuals and researchers played a relevant role in the decade of 1990. During the II Conference of the United Nation Organization on Environment and Development, the “Rio-92”, a proposal was presented for giving room to this form of occupational settlement which was a priority and took shape in the establishment of a new category of units of conservation: the extractivist reservation. The central idea as proposed in the Prize Professor Samuel Benchimol, in 2008, is discussed. The thesis of land regularization is not sufficient for guaranteeing sustainability. A technological support is needed for an efficient forest community handling by having diversified basket of extractive products, in addition to rubber and Brazil nut. Most important of all is the capacity of regenerating the forest ecosystem. A large process of qualification of the extractivist producer must urgently be implemented. The knowledge of the technical forest management will allow the extractor to access the whole potential biological diversity existing in his productive unit.

Keywords

Extractivism. Amazonian ecosystem. Community Forest Management.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de ocupação produtiva da Amazônia se ancorou na extração e venda de produtos florestais. Foi no ecossistema florestal que o colonizador português encontrou as especiarias que possibilitaram a instalação de entrepostos, portos, povoados e vilas, que, com o passar do tempo, se

transformaram em grandes cidades e metrópoles. Desde as primeiras exportações das denominadas drogas do sertão, realizadas ainda na primeira metade do século dezesseis, os rios amazônicos têm servido de via de escoadouro de uma produção florestal permanente, cujo valor econômico é difícil de dimensionar.

Uma exploração florestal realizada sob pouco aporte tecnológico, intensiva em trabalho, com ergometria exigente de esforço físico e ancorada em vários itens de produção. Ainda assim, resistiu às flutuações de uma economia submetida a todo tipo de influência, inclusive do mercado internacional, como foi o caso da borracha. Foram esses mais de cinco séculos de exploração florestal no modo de produção extrativista que possibilitaram a impressionante capilarização existente na economia amazônica. Um contingente elevado de produtores chegou até as cabeceiras dos rios e se dispersou no interior do ecossistema florestal, consumindo e vendendo um leque diversificado de produtos extrativos, e ali permanecendo sem nenhum tipo de atendimento social, sem escolas, sem médicos e com pouco contato com a população urbana.

Os extrativistas, como esses produtores foram denominados, conseguiram vencer os ciclos econômicos florestais – das drogas do sertão (século XVI) até o mais recente ciclo econômico da madeira, iniciado no final do século passado – fazendo o inusitado: extraíndo produtos florestais.

Todavia, em nenhum momento da história econômica amazônica, a manutenção do extrativismo, como modo de produção, e do produtor extrativista, como ator social de relevância, apresentou a dinâmica observada a partir da década de 1970 até o momento atual.

É nesse contexto que se insere o presente artigo. Enfocando a experiência vencedora do Premio Samuel Benchimol em 2008, discute-se, resumidamente, a importância da permanência do produtor extrativista em seu ambiente florestal, o significado social e econômico de sua produção

florestal, e ainda, a premência em se alçar o extrativismo, por meio da tecnologia do manejo florestal de uso múltiplo, à condição de peça-chave de um processo de ocupação produtiva adequado aos ideais de sustentabilidade atualmente preconizados para a Amazônia.

O EXTRATIVISTA INEXISTENTE NA DÉCADA DE 1970

Na época do planejamento centralizado, quando o país passava por seu milagre econômico, com índices de crescimento considerados elevados para os padrões atuais, a expansão da economia e da ocupação do território era tida como prioridade para o governo militar. As diretrizes e organização da infraestrutura para a ocupação produtiva e social da Amazônia se intensificariam na década de 1970, sob altas taxas de investimento público, que não se repetiriam no decorrer da história econômica da região.

A prioridade, como não poderia ser diferente, era a pavimentação das rodovias principais, como a BR-230, conhecida por Transamazônica, a fim de que houvesse condições de escoamento de intensa produção agropecuária, proporcional ao que se pretendia da região que seria o celeiro do mundo.

Esperava-se que, com a expansão da fronteira agropecuária, sobretudo através do investimento na criação de gado, fosse possível garantir uma ocupação produtiva permanente na Amazônia, afastando-se o fantasma da cobiça internacional – fator que poderia levar à invasão do território por outra nação (Estados Unidos, por exemplo) – e assentando a região nos trilhos do progresso, mediante seu ingresso definitivo no sistema econômico nacional.

Evidentemente, o extrativismo não estava inserido nessa estratégia de ocupação da Amazônia. Primeiro, em face da quase inexistência dos produtos extrativos nas estatísticas oficiais; segundo, porque o modo extrativista de produção não promovia a tão esperada sedentarização do processo produtivo

e da economia, na forma como se projetava em relação à pecuária.

Ocorre que os planejadores da ocupação do território nacional, que se debruçaram para entender a ocupação produtiva da Amazônia e estabelecer estratégias para a sua consolidação no curto prazo, acreditavam que o extrativismo era coisa do passado, e que o produtor extrativista teria abandonado a região num refluxo migratório de volta ao Nordeste do país. Amparavam essas constatações no fato inquestionável de que o mercado de borracha apresentava tendência permanente de queda, com números de produção irrelevantes.

Era natural associar a presença do extrativista à produção de borracha, uma vez que a demografia no interior da floresta foi reduzida de forma expressiva com o agravamento da crise no mercado gomífero. Os poucos órgãos que se aventuravam a entrar na floresta para a prestação de algum tipo de serviço relatavam a presença de contingente cada vez menor de famílias que continuavam extraindo látex.

Ao delinear a ocupação de toda a Amazônia, apoiando-se em mapas e imagens de satélites ou de radar, em escalas superiores a 1:1.000.000, os planejadores ignoraram a presença do extrativista na floresta, embora um número considerável de famílias continuasse a extrair algum tipo de produto florestal, comercializando-o por meio de complexo sistema que envolvia regatões, marreteiros e mesmo alguns dos antigos “patrões”, que persistiram no falido mercado da borracha.

O EXTRATIVISTA REDESCOBERTO NA DÉCADA DE 1980

A presença dos produtores extrativistas foi, aos poucos, sendo percebida, à medida que a construção das rodovias federais começou a disponibilizar extensas porções territoriais para a instalação da pecuária. Com dois eixos bem definidos, o primeiro formado pelo corredor da Transamazônica, e o

segundo, pelo da rodovia BR-364 (ligando Cuiabá, no Mato Grosso, a Rio Branco, no Acre), as vias de escoamento eram concretizadas, a fim de beneficiar uma produção agropecuária que se pretendia expressiva.

Além da rodovia, a expansão da agropecuária requeria mudança na titularidade das terras – de modo que, sob segurança fundiária e jurídica, os novos proprietários, sempre incentivados pelo planejamento estatal, pudessem converter a floresta em pastos e consolidar o processo de ocupação.

No modo extrativista de produção, a propriedade e a posse dos antigos seringais e das colocações, respectivamente, efetivavam-se de modo bastante peculiar. Enquanto os seringalistas detinham a propriedade dos seringais, os seringueiros, por sua vez, eram considerados posseiros em suas colocações. O seringalista, proprietário do seringal, assentava um grande número de seringueiros, que se responsabilizavam pelo corte da seringa e pela produção da borracha que seria comercializada pelo seringalista – uma relação entre capital e trabalho que Euclides da Cunha considerou a mais profunda anomalia capitalista, vez que o seringueiro “trabalhava para escravizar-se”.

Enquanto o seringalista era indenizado pela sua propriedade – que a partir da abertura das rodovias começou a passar para as mãos dos pecuaristas –, o seringueiro continuava posseiro de sua colocação, dispondo de direitos precários sobre a terra. Enquanto, no caso do seringalista, era-lhe indiferente a posse do seringueiro, no caso do pecuarista essa posse atrapalhava a instalação de pastos em grandes áreas contínuas, conforme requerido pelo padrão de produção da pecuária bovina.

O processo de redemocratização do país, contudo, adjudicando ao seringueiro oportunidade de contato com a população urbana, abriu-lhe espaço para reivindicar seu direito de posse sobre as terras requeridas pela pecuária.

O conflito foi inevitável. Os extrativistas, reunidos no que se chamou de Movimento dos Seringueiros,

iniciaram os “empates”, um tipo de barreira humana, pela qual os manifestantes, reunidos em fileiras, tentavam impedir, apenas com sua presença, o avanço das frentes de desmatamento sobre a floresta, fosse para a instalação da pecuária, o que motivava a maioria dos empates, fosse para a abertura de rodovias ou de ramais de acesso às fazendas de criação de gado.

A natureza pacífica da resistência não impediu o assassinato de trabalhadores rurais, entre os quais duas destacadas lideranças do movimento. Wilson Pinheiro e Chico Mendes tornaram-se mártires da luta em favor do reconhecimento, pelas instituições do Estado brasileiro, do direito de posse dos seringueiros sobre suas colocações.

Os extrativistas, que ganharam apoio da academia, dos institutos de pesquisas, das organizações da sociedade civil, não imaginavam que chegariam à década seguinte como expoentes de um modelo de ocupação produtiva que garantiria a manutenção do ecossistema florestal na Amazônia.

E a conservação da maior floresta tropical úmida do planeta seria convertida, por sua vez, numa das mais significativas preocupações da humanidade.

O EXTRATIVISTA AMBIENTALISTA NA DÉCADA DE 1990

A associação entre a reivindicação sindical pelo reconhecimento da posse da terra e as aspirações de um movimento ambientalista que crescia mundo afora – embora ainda com pouca expressão no Brasil e nenhuma na Amazônia – ocorreu quando se deduziu que as colocações de seringa, diferentemente das fazendas pecuaristas, não representavam uma ameaça à conservação da floresta.

Os ambientalistas constataram que, ao defender sua atividade produtiva, o seringueiro também promovia a defesa da seringueira (*Hevea brasiliensis*); por seu turno, essa espécie florestal dependia da existência da floresta ao seu redor para não sofrer

o ataque letal do fungo *Microcyclus ulei*, causador da doença conhecida como “mal das folhas”, que impede a produção de látex. Resumindo, o seringueiro dependia da seringueira que dependia da floresta, logo a atividade de produção de borracha garantia a conservação do ecossistema florestal. Essa conclusão levou o movimento ambientalista a depositar todo seu apoio ao movimento dos seringueiros e, sobretudo, em sua principal liderança: Chico Mendes.

O extrativista, que era sindicalista rural e defensor das reivindicações de uma categoria específica de trabalhador florestal, o seringueiro, foi alçado à condição de ambientalista, tornando-se um ator fundamental no cenário de destruição florestal que tomava conta da Amazônia.

Ao se aproximar a data da Segunda Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que passou a ser conhecida por Rio-92, as reivindicações dos seringueiros, concretizadas na proposta de criação das reservas extrativistas, ganharam status de prioridade.

Depois da criação das duas primeiras unidades no Acre (Reserva Extrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista do Alto Juruá), as reservas extrativistas ganharam a Amazônia e o mundo. Atualmente, essa categoria de unidade de conservação está presente em todos os estados amazônicos. Não há dúvida, entre os estudiosos do tema do acesso aos recursos florestais de uso comunitário, quanto ao fato de que, onde houver uma comunidade manejando um recurso florestal, o caminho mais adequado para a regulação dessa exploração é a implantação de uma reserva extrativista.

A criação de reservas extrativistas, bem como de outras unidades de conservação que também atendem aos anseios dos extrativistas, como é o caso da reserva de desenvolvimento sustentável, acontece todos os anos; e diga-se que essas categorias tendem a representar maior quantidade, tanto em termos de unidades autônomas quanto

em termos de porção territorial, entre as unidades de conservação existentes.

O extrativista ambientalista da década de 1990, além de alcançar uma garantia fundiária na forma de unidades de conservação, logrou regularizar suas posses no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, mediante a criação dos Projetos de Assentamentos Extrativistas e dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Atualmente, contudo, o relevante e permanente apoio do movimento ambientalista ficou fragilizado, à medida que os seringueiros residentes nas reservas extrativistas foram levados a ampliar sua área desmatada e seu plantel de gado. O problema é que, por meio da exploração dos produtos tradicionais do extrativismo, notadamente borracha e castanha-do-brasil, os extrativistas já não conseguem obter a renda requerida por suas demandas de consumo.

O EXTRATIVISTA PECUARISTA NA DÉCADA DE 2000

Com o passar do tempo, o estoque de madeira presente nas reservas extrativistas, em especial nas reservas próximas às vias de escoamento fluvial e rodoviário, despertou a atenção dos empresários do setor madeireiro, cujas fontes de madeira estão sempre em deslocamento, o que traz um risco de escassez permanente.

Uma simbiose nefasta surgiu da relação do extrativista com os compradores de madeira arregimentados pelas empresas, os chamados *toreiros*. Mediante negociações que envolvem ofertas como manutenção de ramais, construção de pontes ou disponibilização de caminhões para transporte, uma quantidade expressiva de árvores começou a ser vendida a preços módicos de 50 reais a unidade.

Como a exploração do recurso madeireiro não atende aos princípios básicos da técnica de

manejo florestal, a composição comercial entre o seringueiro e o toreiro depauperou o recurso florestal e traz consequências perigosas para a conservação da floresta.

Entretanto, embora eventualmente essa exploração se realize ilegalmente, na maior parte das vezes se concretiza em conformidade com as normas vigentes e sob o licenciamento ambiental dos órgãos de controle.

Ocorre que o quesito legalidade é variável, dependendo da realidade fundiária na qual se encontra o extrativista. Estabelecendo uma ordem de grandeza que vai de um cenário mais restrito, no qual a licitude é difícil de ser alcançada, até uma situação em que a regularização da exploração é facilmente obtida, pode-se dizer que o primeiro caso se aplica ao produtor que vive nas reservas extrativistas; e o segundo, ao que habita uma colocalização situada nas áreas de reserva legal dentro das propriedades privadas.

De qualquer forma, a simbiose nefasta se mantém, pondo em risco o apoio conferido aos extrativistas pelo movimento ambientalista e, o pior, carreando perigosos passivos econômicos e ecológicos para o ecossistema florestal que se espera conservar.

O EXTRATIVISTA MANEJADOR FLORESTAL NA DÉCADA DE 2010

As reservas extrativistas, a tecnologia do manejo florestal comunitário e a tecnologia do manejo florestal de uso múltiplo (ainda em elaboração) são concepções que os profissionais da engenharia florestal e os extrativistas do Acre legaram à Amazônia.

A rigor, como os próprios extrativistas costumam dizer, uma coisa levou à outra. Vale dizer, a segregação de espaços territoriais específicos para o modo extrativista de produção demonstrou que a exploração exclusiva do binômio borracha e castanha-do-brasil era frágil, sob o ponto de vista econômico.

O mercado gomífero tem passado por grandes transformações, apresentando uma dinâmica que tem como tendência comprovada o fato de que os seringais nativos amazônicos – nos quais a proporção média das árvores dispersas no ecossistema é de 3,2 indivíduos por hectare – estão fadados a atender a um nicho de mercado cada vez mais restrito.

Ou seja, há consenso de que a borracha oriunda do látex do seringal nativo (que pode até ser de melhor qualidade, como afirmam alguns) será cada vez mais direcionada para a manufatura de produtos bem específicos, como preservativos, torniquetes e luvas cirúrgicas. Certamente que essa produção deprecia uma quantidade reduzida de matéria-prima, quando comparada à poderosa indústria de pneus, cuja demanda por borracha é atendida pelos seringais cultivados, mormente os plantados no Estado de São Paulo.

O exemplo da fábrica Natex, localizada na cidade de Xapuri, é elucidativo. Com produção anual estimada em 100 milhões de preservativos, essa indústria consome o látex colhido por, no máximo, 700 famílias, das mais de 2 mil residentes na Reserva Extrativista Chico Mendes. Trata-se de um número diminuto diante dos mais de 50 mil produtores extrativistas existentes no Acre.

Por outro lado, mesmo demonstrando notável desempenho de mercado, a produção de castanha-do-brasil, isolada, não garante renda suficiente para satisfazer às necessidades de consumo dos extrativistas. E a despeito de não apresentar problemas de mercado, as árvores de castanha-do-brasil (que são difíceis de ser cultivadas) ocorrem exclusivamente no Vale do Rio Acre; essa ocorrência se acentua quando se vai em direção ao município amazonense de Boca do Acre e se dispersa quando se vai em direção a Sena Madureira, suprimindo-se totalmente após esse município.

Enfim, com o surgimento das reservas extrativistas, adveio o problema da geração de renda, tendo ficado evidente que as famílias extrativistas não

poderiam depender unicamente da extração de borracha e castanha.

O caminho encontrado foi a conversão do extrativista em manejador florestal. Mediante a tecnologia do manejo florestal de uso múltiplo, um leque de produtos florestais – que vão da madeira aos princípios ativos demandadas pela indústria da biotecnologia – poderiam somar-se às tradicionais borracha e castanha da cesta extrativista.

Mas esse caminho, diga-se, só poderá ser traçado com intenso processo de qualificação que permita ao produtor extrativista atuar como manejador florestal.

O ACESSO AO RECURSO FLORESTAL POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DO EXTRATIVISTA

Incontáveis eventos de qualificação vêm sendo direcionados aos produtores extrativistas. Tendo se acostumado à completa ausência das instituições públicas, o extrativista, nos últimos 20 anos, tem sido beneficiado com serviços que incluem desde o fornecimento de documentos elementares, como registro de identidade e certidão de casamento, até treinamentos mais sofisticados, como a habilitação em alguma inovação relacionada à produção de borracha.

Esses treinamentos, todavia, são sempre de curta duração e não integram programas de qualificação planejados e direcionados para um fim específico. Trata-se de eventos que ocorrem de acordo com as demandas da fonte financiadora e da instituição responsável por sua execução, quase sempre uma organização da sociedade civil.

Os resultados obtidos mediante o implemento dos cursos indicados na proposta vencedora do Prêmio Samuel Benchimol, edição 2008, demonstram que a qualificação para o manejo florestal comunitário traz resultados surpreendentes. Além de despertar o interesse do extrativista, uma vez que o conteúdo do curso envolve opções produtivas que podem

e elevar seu nível de renda, a qualificação em manejo florestal induz o produtor a investir nas atividades produtivas baseadas na diversidade biológica presente no ecossistema florestal, afastando-o do perigoso universo da pecuária bovina.

No total, 411 extrativistas participaram dos 12 cursos de 40 horas realizados em 12 cidades diferentes. O conteúdo programático envolveu, além de discussão sobre a tecnologia do manejo florestal comunitário e o procedimento de licenciamento ambiental, o detalhamento de duas opções concretas para o produtor: a criação de paca (*Agouti paca*) em sistema agrossilvipastoril e a coleta e beneficiamento de sementes florestais, para fins de venda nos mercados de mudas, de peças para decoração e de bijuterias.

Ao final da qualificação, 42% dos extrativistas demonstraram interesse em investir nessas atividades produtivas, empregando inclusive recursos financeiros próprios. Outros 28% manifestaram receio de enfrentar o processo de licenciamento ambiental, por considerarem as regras excessivas e por já terem tido alguma experiência negativa relacionada à fiscalização ambiental, notadamente a efetuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Porém, o mais importante é que todos, 100% dos participantes ficaram entusiasmados com a nova tecnologia e com o leque de opções produtivas que lhes dá oportunidade de manter sua tradição extrativista no interior do ecossistema florestal.

A execução de amplo programa de qualificação do extrativista para o manejo florestal comunitário certamente apresentará, como a experiência comprovou, resultados imediatos para um conjunto de atividades econômicas, em face das quais, hoje, não há geração de renda. Trata-se da introdução de novas atividades produtivas, que vão melhorar a frágil dinâmica econômica local, atualmente ancorada na produção de arroz, feijão, milho e macaxeira.

Esse programa de qualificação, voltado para disponibilizar as ferramentas do manejo florestal comunitário para o extrativista, deve ter caráter permanente e, o mais importante, deve organizar os atuais projetos de extensão florestal, indo além dos eventos temporários e desconectados que tomam o tempo do produtor.

Está na qualificação do extrativista para o manejo florestal comunitário a saída mais barata, mais rápida, mais inclusiva e mais adequada aos ideais de sustentabilidade atualmente preconizados para a ocupação produtiva da Amazônia. Trata-se de uma solução de simples implemento, mas que, pela falta de prioridade no âmbito da política pública, não acontece.

REFERÊNCIAS

- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, Washington, n. 162. p. 1243-1248. 1968.
- IBAMA. *Reservas extrativistas: estratégia 2010*. Brasília, 2002.
- IBAMA. *A reserva extrativista que conquistamos: manual do Brabo*. Brasília, 2002. CUNHA, E. da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Temas Brasileiros).
- RODRIGUES, E. ; PAULA, A. C. de; ARAÚJO C. M. y (Orgs). *Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais*. Brasília: Ibama, 2004. 157 p.
- REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (SIA. Documentário da vida rural, 5)
- RODRIGUES, E.; LINS, A.; LIMA, J. ; CRISTO, P.; PEREIRA, L. R.; TORRICO, R. *Manejo florestal comunitário: cacau nativo do Purus*. Rio Branco, Acre: Associação Andiroba, 2011.
- RODRIGUES, E. *Vantagem competitiva do ecossistema na Amazônia: o cluster florestal do Acre*. Brasília, 2004. Tese (Doutorado). Brasília, UnB.